

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Exame: Direito Diplomático e Consular

Professor Vasco Becker-Weinberg

25 junho 2026 | 19h00 – 21h00 | Sala 11.06

I

No dia 25 de abril de 1974, forças revolucionárias invadiram e provocaram danos muito significativos na Embaixada de Espanha em Lisboa.

Perante a incapacidade do Governo Português em garantir a proteção da missão diplomática de Espanha em Lisboa, o Governo Espanhol decidiu transferir o desempenho das suas funções para o posto consular do Porto.

O Governo Português apresentou o mais veemente protesto e ordenou o encerramento daquele posto consular, alegando não ter possibilidade de garantir a sua proteção. O Governo Português informou, ainda, o Governo de Espanha que não autorizaria a existência de um posto consular honorário no Porto.

O Governo de Espanha ignorou propositadamente o protesto do Governo Português e manteve em funcionamento o posto consular do Porto, mas renunciar aos privilégios e imunidades de todos os membros do posto consular para evitar eventuais perturbações por parte do Governo Português.

Por favor, resposta às seguintes questões (12/20):

- a) Quais as opções do Reino de Espanha pelo facto de o Estado Português não proteger a sua missão diplomática e o seu posto consular?

Os alunos devem começar por referir o princípio do mútuo consentimento como a base do estabelecimento de relações diplomáticas e consulares. De seguida, devem referir quais as obrigações dos Estados relativamente à proteção de missões diplomáticas e postos consulares estrangeiros localizados em território nacional, fazendo referência à razão de ser dessa proteção e a outros exemplos previstos na CVRD e CVRC. Feito o enquadramento geral, os alunos devem identificar as “opções”, podendo escolher referir todas previstas nas Convenções ou escolher diretamente qual se adequa ao caso concreto. Em qualquer caso, todas as questões devem ser fundamentadas.

- b) O Governo Português pode impedir a transferência das funções diplomáticas para o posto consular de Espanha no Porto?

Os alunos devem ser capazes de enquadrar a questão substantiva subjacente: o consentimento do Estado Português e atendendo ao argumento apresentado por Portugal.

- c) O Estado Português poderia impedir a existência de um posto consular honorário no Porto?

Os alunos devem começar por referir o princípio do mútuo consentimento como a base do estabelecimento de relações diplomáticas e consulares. No caso específico de posto consular honorário, os alunos devem demonstrar saber utilizar o texto convencional e aplicar aos postos consulares honorários.

- d) Comente a decisão do Governo de Espanha em manter o posto consular do Porto e a opção de renunciar aos privilégios e imunidades de todos os seus membros?

A questão central é saber se a renúncia dos privilégios e imunidades exonera a obrigação de Portugal de proteger o posto consular do Porto, permitindo a sua manutenção, e se é possível manter o posto consular do Porto contra a vontade do Estado Português.

II

Por favor comente a seguinte afirmação (8/20):

“Os atos internacionais unilaterais são um elemento essencial das relações diplomáticas entre Estados.”

Os alunos devem referir o enquadramento geral das fontes de direito internacional e como enquadrar nelas os atos internacionais unilaterais. Esse enquadramento deve ter por base doutrina e jurisprudência internacionais, acrescidos de exemplos que resultam dos textos convencionais.

De seguida, os alunos devem fazer referência à dicotomia entre o princípio do mútuo consentimento e os atos internacionais unilaterais no desenvolvimento das relações diplomáticas entre Estados, dando exemplos, e qual a razão de ser dessa mesma dicotomia.

Critérios Formais: Compreensão das questões e capacidade de um raciocínio complexo, ortografia e caligrafia (até 2 valores/total)